

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.480 - PB (2019/0046104-2)

RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

RECORRIDO : JOANA PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO : DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

JOANA PEREIRA DA SILVA ajuizou ação de obrigação de não fazer c/c pedido de antecipação de tutela contra o INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, na qual pretende a nulidade do Auto de Infração n. 657924-D, com a consequente desconstituição da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que lhe foi aplicada, bem assim o direito de manter a guarda definitiva de duas aves da espécie *psittacidae* (papagaios-verdadeiros).

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região acolheu parcialmente o recurso de apelação da autarquia ambiental, reformando a decisão monocrática de procedência da ação apenas afastar a condenação em honorários advocatícios, nos termos assim ementados (fls. 588-589):

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. APREENSÃO DE AVES SILVESTRES. DOIS PAPAGAIOS. POSSE PROLONGADA NAS MÃOS DA AUTORA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DEFERIU A PERMANÊNCIA DAS AVES COM A TITULAR.

1. Apelação manejada pelo IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS contra sentença, que, em sede de ação ordinária, julgou procedente o pedido dos autores para manter a posse de dois papagaios, considerados silvestres.

2. É evidente que a legislação ambiental deve ser cumprida, no fito de evitar o estímulo à criação de animais silvestres sem a devida autorização. Adotar posição distinta implica um estímulo direto ao tráfico ilícito de animais, que é aquilo que, em verdade, torna efetivamente grave essa espécie de conduta. Nessa perspectiva, pois, é de ser reconhecida a crucial importância da atuação do IBAMA na repressão aos crimes ambientais.

3. Entretanto, da análise dos autos é possível constatar que as aves em questão estão adaptadas ao convívio com os seres humanos, uma vez que os autores, ora apelados, têm a guarda (de fato), há mais de 06 (seis) anos. Ademais, não há no auto de infração qualquer indicação da ocorrência de maus tratos.

4. Importa ressaltar, ainda, que as situações fáticas submetidas à apreciação do Poder Judiciário devem ser analisadas sempre à luz do princípio da razoabilidade. No caso em tela, vê-se que as aves estão comprovadamente sob a guarda dos autores há anos, o que, ao menos em princípio, faz supor que uma reintrodução daquele animal ao meio ambiente seria algo difícil, sendo relevante mencionar, de igual modo, a provável relação de afeto da autora com aqueles animais, como fruto de uma convivência ao longo de vasto período.

5. A jurisprudência se firmou no sentido de que os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando esta atua contra a

pessoa jurídica de direito público à qual pertença (STJ, Súmula n.º 421).

6. Apelação parcialmente provida, para afastar a condenação em honorários advocatícios.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 525-529).

No presente recurso especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, aduz-se violação dos arts. 29, § 1º, III, e 74, § 4º, da Lei n. 9.605/1998, e do art. 24, I, do Decreto n. 6.514/2008, porquanto, em síntese, legal, regular e proporcional a multa por infração ambiental imposta à recorrida, vez que aplicada de forma plenamente vinculada, sem qualquer discricionariedade, sendo irrelevante para sua configuração a ausência de maus tratos aos animais.

Apresentadas contrarrazões às fls. 650-662.

É o relatório. Decido.

No que trata suposta violação dos arts. 29, § 1º, III, e 74, § 4º, da Lei n. 9.605/98, e do art. 24, I, do Decreto n. 6.514/08, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 585-586):

[...]

É evidente que a legislação ambiental deve ser cumprida, no fito de evitar o estímulo à criação de animais silvestres sem a devida autorização. Adotar posição distinta implica um estímulo direto ao tráfico ilícito de animais, que é aquilo que, em verdade, torna efetivamente grave essa espécie de conduta. Nessa perspectiva, pois, é de ser reconhecida a crucial importância da atuação do IBAMA na repressão aos crimes ambientais.

Entretanto, da análise dos autos é possível constatar que as duas aves em questão estão adaptadas ao convívio com os seres humanos, uma vez que a autora, ora apelada, têm a guarda (de fato), de ambos, há mais de 06 (seis) anos. Ademais, não há no auto de infração, ou nas razões da apelação, qualquer indicação da ocorrência de maus tratos.

Destarte, a devolução de aves domesticadas à natureza implica, na verdade, a retirada do animal de seu verdadeiro *habitat*, uma vez que se encontra plenamente integrado no ambiente familiar.

Partindo de tais premissas é que não vejo razões, ao menos nesta análise preliminar, para modificar a decisão aqui combatida.

De mais a mais, é válido ressaltar que as situações fáticas submetidas à apreciação do Poder Judiciário devem ser analisadas sempre à luz do princípio da razoabilidade. No caso em tela, vê-se que os papagaios estão comprovadamente sob a guarda da apelada há pelo menos seis anos, o que, ao menos em princípio, faz supor que uma reintrodução daquele animal ao meio ambiente seria algo difícil, sendo relevante mencionar, ainda, a provável relação de afeto da apelada com aqueles animais, como fruto de uma convivência ao longo de vasto período.

Alfim, não se pode deixar de pôr em relevo que a sentença do magistrado, ora apelada, não destoa do entendimento adotado pela colenda

Segunda Turma deste Tribunal no enfrentamento dessa matéria, inclusive deste Relator.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados aresto vergastado, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluiu como desarrazoada a multa aplicada à recorrida, porquanto os animais estão sob sua guarda a mais de seis anos, sem que tenham sofrido maus tratos, além da dificuldade/impossibilidade de serem reintroduzidos no meio ambiente, pelo que, para infirmar tais fundamentos, na forma pretendida no apelo nobre, seria necessário proceder ao reexame do mesmo acervo fático-probatório já analisado, o que é vedado em sede recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. INFRAÇÃO AMBIENTAL. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. REVISÃO DE VALORES EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DA PENA APLICADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, a teor do que preceituam as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Rever a conclusão do Tribunal de origem quanto à redução da multa aplicada pelo IBAMA em razão de infração ambiental, demandaria o necessário revolvimento de matéria fática e probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 500.737/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2016).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA. VALOR. JUÍZO DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto ao valor da multa, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 506.236/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/08/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RI/STJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

